

## ANEXO D: ORIENTAÇÕES EM MATÉRIA DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE COESÃO PARA 2021-2027 A FAVOR DE PORTUGAL

Com base na proposta da Comissão relativa ao próximo quadro financeiro plurianual para o período 2021-2027, de 2 de maio de 2018 (COM (2018) 321), o presente anexo apresenta os pareceres preliminares dos serviços da Comissão sobre os domínios prioritários de investimento e as condições de base para uma execução eficaz da política de coesão no período 2021-2027<sup>(59)</sup>. Estes domínios prioritários de investimento resultam do contexto mais lato dos estrangulamentos verificados a nível do investimento, das necessidades de investimento e das disparidades regionais identificadas no relatório. O presente anexo servirá de base para o diálogo a travar entre Portugal e os serviços da Comissão tendo em vista a programação dos fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu Mais).

<b>Objetivo estratégico n.º 1: Uma Europa mais inteligente — transformação industrial inovadora e inteligente</b>
<p>Portugal continua a ser um inovador «moderado» e, de modo geral, a reduzida intensidade da investigação e do desenvolvimento dificulta a modernização da estrutura produtiva da economia. A implementação de domínios de especialização inteligente, com base no potencial regional e nacional, reforça o desempenho em matéria de inovação e fomenta o crescimento da produtividade. Identificaram-se necessidades de investimento de elevada prioridade<sup>(60)</sup> para <b>melhorar as capacidades de investigação e inovação, bem como a adoção de tecnologias avançadas</b>, no intuito de assegurar a complementaridade e a compatibilidade com os instrumentos do programa Horizonte Europa, nomeadamente para promover:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O investimento público e privado na investigação e inovação, enquanto instrumento para melhorar a cadeia de valor acrescentado e reforçar a inovação nas empresas em todos os setores, bem como para desenvolver tecnologias tendo em vista a transição para uma economia neutra em termos de emissões de carbono;</li><li>• A colaboração entre a investigação pública e privada e o apoio à transferência de tecnologias nalguns domínios de especialização identificados;</li><li>• A mobilidade de recursos humanos qualificados entre universidades, instituições de investigação e desenvolvimento, centros tecnológicos e empresas.</li></ul>
<p>As competências digitais e a adoção de tecnologias digitais por parte das empresas e dos cidadãos persistem a baixos níveis. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento com vista a melhorar este domínio, no intuito de <b>tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais e ainda para promover a inclusão digital, em especial para:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Promover a aquisição e o desenvolvimento de competências digitais, bem como competências associadas às tecnologias de informação e comunicação orientadas para o mercado;</li><li>• Apoiar a integração das tecnologias digitais nas empresas e nos processos de produção das micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente mediante o desenvolvimento de infraestruturas e serviços como os polos de inovação digital;</li><li>• Alargar o leque dos serviços digitais oferecidos aos cidadãos (administração pública em linha,</li></ul>

<sup>(59)</sup> O presente anexo deve ser analisado em conjunto com a Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão (COM (2018) 372) e a Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Fundo Social Europeu Mais (COM (2018) 382), nomeadamente atendendo aos requisitos em matéria de concentração temática e afetação urbana delineados nessas propostas.

<sup>(60)</sup> A intensidade das necessidades é classificada em três categorias, por ordem decrescente: necessidades de elevada prioridade, necessidades prioritárias e necessidades.

<p>contratação pública eletrónica, inclusão digital, serviços de saúde em linha, aprendizagem eletrónica, cibercompetências, comércio eletrónico) e por eles utilizados, com especial destaque para as regiões rurais, remotas e ultraperiféricas, e para os grupos vulneráveis da população.</p>
<p>A predominância de micro e pequenas empresas afeta a capacidade de inovação e a produtividade. O grau de internacionalização é relativamente fraco, sendo a percentagem de exportações de média-alta e alta tecnologia substancialmente inferior à média da UE. Identificaram-se necessidades de investimento de elevada prioridade para <b>reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Permitir às empresas expandir as suas atividades, criar postos de trabalho, aceder à esfera internacional e promover uma transformação industrial neutra em termos climáticos;</li><li>• Fomentar o ecossistema empresarial, a ligação em rede, novos instrumentos de comercialização, o reforço das competências de gestão e da literacia financeira, a partilha de conhecimentos entre setores e para além das fronteiras nacionais;</li><li>• Facilitar o acesso ao crédito e a mobilização de capitais próprios, bem como uma maior sensibilização no que diz respeito às oportunidades de financiamento e aos serviços empresariais avançados que existem para as pequenas e médias empresas.</li></ul>
<p>As lacunas em matéria de competências entram a produtividade e a difusão tecnológica e afetam o desenvolvimento de competências inovadoras. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento destinado a <b>desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo</b>, em especial, para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estimular a formação e a requalificação em domínios de especialização inteligente, nomeadamente no que diz respeito a tecnologias facilitadoras essenciais e competências conexas, bem como em novos domínios emergentes.</li></ul>
<p><b>Objetivo estratégico n.º 2: Uma Europa mais verde e hipocarbónica – transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos</b> <sup>(61)</sup> <sup>(62)</sup></p>
<p>Impõe-se redobrar esforços para colocar a tónica nas metas de descarbonização a longo prazo para 2030 e 2050. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para <b>promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Melhorar a eficiência energética dos edifícios públicos e renovar edifícios para habitação, com especial incidência na «pobreza energética»; incluindo também as pequenas e médias empresas, nomeadamente os respetivos locais, instalações e processos;</li><li>• Apoiar a transição para as energias renováveis no aquecimento e refrigeração;</li><li>• Apoiar a integração de uma maior percentagem de energias renováveis no sistema energético mediante: o apoio às tecnologias de energias renováveis, incluindo a produção descentralizada de energia; sistemas energéticos inteligentes a nível local, incluindo redes inteligentes de distribuição de</li></ul>

<sup>(61)</sup> É necessário prestar um apoio específico às ilhas tendo em vista a produção da sua própria energia sustentável e a baixo custo no quadro da iniciativa lançada pela UE intitulada «Energia Limpa para as Ilhas da UE».

<sup>(62)</sup> Apesar não serem abrangidas pelo âmbito do FEDER e do Fundo de Coesão (cf. artigo 6.º, n.º 1, alínea h), do documento COM (2018) 372), as interligações energéticas podem ser financiadas pelo Mecanismo Interligar a Europa, em consonância com os seus objetivos (cf. artigo 3.º, n.º 1, e n.º 2, alínea b), do documento COM (2018) 438).

<p>eletricidade e soluções de armazenamento; instalações de produção conjunta para fontes de energia renováveis, acesso comum a pequenas redes com regiões limítrofes transfronteiras, incluindo investimentos azuis na Estratégia Atlântica.</p>
<p>Portugal é uma das zonas europeias mais vulneráveis às alterações climáticas. Por conseguinte, identificaram-se necessidades de investimento de elevada prioridade para <b>promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apoiar medidas transeitoriais de prevenção e adaptação às alterações climáticas, no intuito de responder a uma multiplicidade de efeitos e fatores de vulnerabilidade, sempre que possível dando ênfase às abordagens baseadas nos ecossistemas e na proteção da biodiversidade, igualmente num contexto transfronteiras e transnacional;</li><li>• Reforçar a capacidade de gestão e de resposta, incluindo sistemas de alerta precoce, equipamento e campanhas de sensibilização, nomeadamente ações conjuntas num contexto transfronteiras e transnacional.</li></ul>
<p>Portugal continua a enfrentar desafios significativos em matéria de gestão dos recursos hídricos. Identificaram-se necessidades de investimento para <b>promover a gestão sustentável dos recursos hídricos</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos durante o ciclo integral da água; apoiar a recolha e o tratamento de águas residuais; apoiar a reabilitação da massa de água; apoiar medidas assentes nos ecossistemas destinadas a promover o armazenamento e a purificação dos recursos hídricos naturais, nomeadamente num contexto transfronteiras e transnacional.</li></ul>
<p>Portugal continua a enfrentar desafios significativos em matéria de gestão dos resíduos. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento com vista a <b>promover a transição para a economia circular</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apoiar a passagem para os mais elevados escalões da cadeia hierárquica de gestão dos resíduos, a fim de reduzir a deposição em aterro; desenvolver uma recuperação separada dos resíduos, nomeadamente dos biorresíduos; desenvolver e modernizar as instalações de reciclagem e tratamento de resíduos, tendo em conta as capacidades de gestão dos resíduos nas regiões limítrofes, e promover o desenvolvimento das capacidades, bem como a sensibilização das partes interessadas, favorecendo práticas de consumo, ações e comportamentos sustentáveis tendo em vista uma maior eficiência na utilização dos recursos nas pequenas e médias empresas.</li></ul>
<p><b>Objetivo estratégico n.º 3: Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação</b></p>
<p>A posição geográfica de Portugal exige uma infraestrutura de rede bem conectada e a funcionar corretamente. O país ocupava o 19.º lugar no Painel de Avaliação dos Transportes da UE em 2016, sendo objeto de uma pontuação mais baixa a respeito dos investimentos na investigação e desenvolvimento do setor privado e no que se refere a aspetos ligados ao baixo teor de carbono. O sistema ferroviário caracteriza-se pela sua subutilização no que se refere às ligações com a Espanha, sendo a interoperabilidade um dos principais pontos de estrangulamento. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para <b>desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Concluir a rede transeuropeia de transportes - redes ferroviárias essenciais e abrangentes, incluindo</li></ul>

<p>ligações transfronteiras;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Melhorar as infraestruturas portuárias e apoiar a intermodalidade para os passageiros e as mercadorias, incluindo ligações ferroviárias aos portos da rede transeuropeia de transportes e às plataformas logísticas;</li><li>• Apoiar a digitalização tendo em vista sistemas de transportes mais inteligentes, mais limpos, intermodais e mais seguros;</li><li>• Melhorar e modernizar outros corredores ferroviários;</li><li>• Melhorar a acessibilidade e a interconectividade das regiões ultraperiféricas da Madeira e dos Açores.</li></ul>
<p>O transporte individual agrava os problemas sazonais relacionados com a qualidade do ar e o congestionamento do tráfego nas principais áreas metropolitanas, acarretando custos económicos e problemas para a saúde. Portugal apresenta uma das mais elevadas taxas de utilização de veículos automóveis para o transporte de passageiros na UE. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para <b>promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável</b>, nomeadamente com o objetivo de promover:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Uma transição para meios de transporte sustentáveis e acessíveis, como o transporte público hipocarbónico (incluindo o apoio ao material circulante ferroviário urbano) e os meios de transporte ativos;</li><li>• Investimentos que reduzam as externalidades negativas dos transportes, nomeadamente o congestionamento, as emissões (poluentes, gases com efeito de estufa, ruído) e os acidentes de viação;</li><li>• Um sistema de transportes inteligente, a digitalização e soluções inovadoras para cidades inteligentes, melhorando a utilização das infraestruturas e a qualidade dos serviços.</li></ul>
<p><b>Objetivo estratégico n.º 4: Uma Europa mais social — implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais</b></p>
<p>O desemprego dos jovens é elevado e persiste a segmentação do mercado de trabalho. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para <b>melhorar o acesso aos postos de trabalho por parte de todos os candidatos a emprego, bem como para modernizar as instituições e os serviços de apoio ao mercado de trabalho</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aplicar medidas ativas e preventivas no mercado de trabalho, proceder à boa conceção de subvenções de recrutamento, proporcionar oportunidades de mobilidade profissional e de formação e colaborar com as comunidades locais, com vista a reforçar as medidas de sensibilização;</li><li>• Melhorar a capacidade dos serviços públicos de emprego através da modernização dos seus equipamentos informáticos; intensificar a colaboração com os empregadores; estabelecer parcerias adequadas e assegurar serviços de orientação e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.</li></ul>
<p>Globalmente, a participação nas estruturas de acolhimento para crianças com menos de 3 anos é adequada, mas as famílias pobres dispõem de um acesso limitado às mesmas, sendo o seu provimento insuficiente nalgumas áreas. A oferta de serviços de acolhimento e educação pré-escolar (4-6 anos) situa-se abaixo da média, especialmente nas áreas metropolitanas. Identificaram-se investimentos</p>

<p>prioritários para <b>promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar</b>, incluindo o acesso a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Serviços de elevada qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, como os serviços de acolhimento de crianças e de acolhimento extraescolar.</li></ul>
<p>O abandono escolar precoce representa um grave desafio, nomeadamente nos Açores e na Madeira; uma grande percentagem da população ativa adulta não dispõe de competências básicas. Identificaram-se necessidades de investimento de elevada prioridade para <b>melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos, e ainda para promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Promover uma intervenção atempada e prevenir o abandono escolar precoce; investir no ensino escolar, incluindo nas infraestruturas, e melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência;</li><li>• Promover o ensino e a formação profissionais, modernizar os setores da educação e da formação e melhorar as competências básicas da população adulta, nomeadamente as competências digitais.</li></ul>
<p>O envelhecimento demográfico constitui um desafio premente e subsistem desigualdades no acesso aos cuidados de saúde. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para <b>promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração</b>, bem como <b>políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apoiar a requalificação e a melhoria das competências dos profissionais da saúde e dos cuidados de longa duração, contribuindo para a sua permanência e assegurando assim uma prestação adequada de serviços;</li><li>• Apoiar a execução de estratégias nacionais com vista ao envelhecimento ativo;</li><li>• Realizar investimentos em infraestruturas nos setores da saúde, da assistência social e dos cuidados de longa duração, incluindo os serviços de proximidade e o equipamento médico no setor da saúde, com vista a reduzir as desigualdades neste domínio. Melhorar a prestação de cuidados integrados.</li></ul>
<p>Persistem as desigualdades, os riscos de pobreza infantil e os riscos de pobreza no trabalho, sendo simultaneamente necessário melhorar o acesso aos serviços. Identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para <b>promover a inclusão ativa e combater a privação material; reforçar o acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis e modernizar os sistemas de proteção social</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apoiar a ativação e a reabilitação das pessoas desfavorecidas e com deficiência através da prestação de serviços integrados e personalizados;</li><li>• Promover a integração social das crianças em risco de pobreza e exclusão social;</li><li>• Combater a pobreza no trabalho, promover ambientes de trabalho inclusivos, o desenvolvimento de competências, a formação e a aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos;</li><li>• Reforçar a integração socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos;</li></ul>



<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoiar o fornecimento de alimentos e a assistência aos mais carenciados.</li></ul>
<b>Objetivo estratégico n.º 5 — Uma Europa mais próxima dos cidadãos mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais</b>
<p>A concentração da população na maioria das zonas costeiras urbanas intensificou a pressão sobre os recursos naturais e a utilização dos solos, produzindo efeitos em termos de mobilidade, poluição, inclusão social e acesso aos serviços. Por conseguinte, identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para <b>promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Responder aos desafios urbanos a nível das zonas funcionais, nomeadamente nos bairros desfavorecidos e em zonas desfavorecidas ou desindustrializadas, tendo em conta as diferentes necessidades, de acordo com a dimensão, especialização e função de cada zona.</li></ul>
<p>O despovoamento e o envelhecimento resultam numa deterioração da qualidade dos serviços básicos prestados nas zonas interiores e rurais de baixa densidade demográfica. As características geográficas e socioeconómicas das regiões ultraperiféricas também suscitam desafios específicos que devem ser tomados em consideração. Por conseguinte, identificaram-se necessidades prioritárias de investimento para <b>promover, a nível local, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas e costeiras</b>, em especial para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apoiar estratégias territoriais integradas e sustentáveis, centradas na melhoria do acesso aos serviços básicos, promover ligações entre as zonas urbanas e rurais e as soluções inovadoras para reforçar o potencial endógeno dessas zonas e favorecer a atratividade sustentável dos territórios, tendo em conta as diferentes necessidades consoante as zonas funcionais;</li><li>• Incentivar ações comuns com regiões limítrofes e nas bacias marítimas ou zonas funcionais que enfrentam desafios semelhantes.</li></ul>
<b>Fatores necessários para a execução eficaz da política de coesão</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Adoção de uma estratégia nacional para combater as desigualdades e o envelhecimento (cuidados integrados);</li><li>• Melhores medidas para prevenir e combater os conflitos de interesses, a fraude e a corrupção;</li><li>• Melhor desempenho no domínio da contratação pública, mediante a supressão das deficiências identificadas no Painel de Avaliação do Mercado Único;</li><li>• Elaboração e aplicação de um roteiro para reforçar as capacidades administrativas necessárias para a administração e execução eficazes dos Fundos, em especial para aumentar as capacidades de gestão a nível local, prestando assistência às autoridades locais e aos beneficiários e ainda eliminando sobreposições e requisitos excessivos em matéria de documentação;</li><li>• Promoção de uma participação adequada e de uma capacidade reforçada dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas na consecução dos objetivos estratégicos;</li><li>• Reforço da capacidade de execução dos serviços públicos de emprego;</li><li>• Maior utilização de instrumentos financeiros, bem como exploração das sinergias com o InvestEU tendo em vista atividades geradoras de receitas ou de contenção de custos.</li></ul>

